

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
I – INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS	23
1 Conceito de Investimentos	24
1.1 Conceito Econômico	24
1.2 Conceito Jurídico	26
2 Classificação dos Investimentos	35
2.1 Investimento Nacional ou Estrangeiro	35
2.2 Investimento Direto ou Indireto	40
II – FONTES DO DIREITO DOS INVESTIMENTOS	43
1 Direito Internacional	47
1.1 Fontes Não Convencionais – Costume Internacional e Princípios Gerais do Direito	48
1.2 Fontes Convencionais ou Normativas	67
2 Direito Interno	80
2.1 As Fontes Internas no Brasil	80
2.2 Alcance Extraterritorial das Fontes Internas	84
III – PRINCIPAIS TEMAS NA REGULAMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS	87
1 Tratamento dos Investimentos	88
1.1 Ingresso e Estabelecimento dos Investimentos	88
1.2 Retorno dos Investimentos	105
1.3 Proteção e Garantia dos Investimentos	113

2	Controvérsias Sobre Investimentos	147
2.1	Natureza	149
2.2	Tipos de Solução de Controvérsias	151
IV	– IMPACTOS DOS ACORDOS INTERNACIONAIS SOBRE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	193
1	Influência do Regime Jurídico Aplicável na Atração de Investimentos	194
1.1	Fundamentos da Decisão de Investir por Parte do Investidor ..	195
1.2	Regime Jurídico Interno Estável como Elemento de Atração de Investimentos	198
1.3	Causas da Busca de Regulamentação Internacional dos Investimentos Estrangeiros.....	199
1.4	Participação em Instrumentos Internacionais Como Elemento de Atração de Investimentos Estrangeiros	201
2	Adequação do Regime Jurídico dos Investimentos Estrangeiros do Brasil aos Compromissos Internacionais Assumidos	202
2.1	Responsabilidade Internacional do Estado.....	203
2.2	O Sistema Jurídico Brasileiro e a Internalização dos Tratados: a Hierarquização das Regras Jurídicas	204
2.3	Contradições entre o Regime Jurídico Brasileiro e os Compromissos Internacionais Assumidos pelo Brasil: Adaptações Possíveis e Limites Impostos pela Ordem Jurídica Interna.....	206
V	– CONCLUSÃO.....	217
	REFERÊNCIAS	221
	ÍNDICE ALFABÉTICO	231